

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS SUPERIORES CONSELHO UNIVERSITÁRIO CÂMARA SUPERIOR DE GESTÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Ata da 152ª Reunião Ordinária da Câmara Superior de Gestão Administrativo-Financeira, realizada no dia 07 de agosto de 2020.

01 Aos sete dias do mês de agosto do ano de 2020, às 14h, em sala virtual do Google Meet, 02 https://meet.google.com/jwt-jqwh-yon, iniciou-se a 152ª Reunião Ordinária da Câmara Superior de Gestão 03 Administrativo-Financeira da Universidade Federal de Campina Grande, sob a Presidência da Pró-Reitora de 04 Administração, Professora Vânia Sueli Guimarães Rocha. Atendendo à convocação, fizeram-se presentes os 05 seguintes Conselheiros: Erik Cristovão Araújo de Melo - representante do CCBS; Clóvis Alberto Vieira de 06 Melo e José Luiz Ferreira – representantes do CH; Leocarlos Bezerra da Silva Lima – representante do CEEI; 07 Itamar Ferreira da Silva, Amanda dos Santos Gomes, Igo Paulino da Silva e Rucilana Patrícia Bezerra Cabral — 80 representantes do CCT; Selma Maria de Araújo e Carina Silvani – representantes do CTRN; Mariana Moreira 09 Neto e Rodrigo Ceballos – representantes do CFP; Maria de Lourdes Mesquita e Giliard Cruz Targino – 10 representantes do CCJS; Renilton Correia da Costa e Roberlúcia Araújo Candeia – representantes do CCTA; 11 Maria Emília da Silva Menezes e Deborah Dornellas Ramos – representantes do CES; Alex Bruno Ferreira 12 Marques do Nascimento e Bruno Medeiros Roldão de Araújo – representantes do CDSA; Edivandro Souza 13 Barros e Macário de Araújo Cavalcante – representantes dos Servidores Técnico-Administrativos da UFCG. Estiveram ausentes os Conselheiros: Valdir Cesarino de Souza – representante do CCBS; Welington Bezerra 14 15 de Sousa – representantes do CFP; Sérgio Santos de Azevedo e Luciano de Brito Júnior – representantes do CSTR; Ednalda Gualberto Duarte e Kenedy dos Santos Pinheiro – representantes dos Servidores Técnico-16 17 Administrativos da UFCG. Verificando existir a presença do quorum regulamentar, a Senhora Presidente 18 iniciou a reunião, apresentando suas boas vindas a todos, desejando-lhes um bom dia de trabalho. Antes de 19 se dar início à Pauta, os Conselheiros Maria de Lourdes Mesquita, Giliard Cruz Targino Roberlúcia Araújo 20 Candeia e Leocarlos Bezerra da Silva Lima externaram, com veemência, suas preocupações quanto ao Plano 21 Acadêmico de Ensino Remoto − PAER, particularmente no que se refere ao artigo 10, da Resolução nº 22 06/2020 da Câmara Superior de Ensino – CSE, no qual se dispõe que "Para o cômputo das atividades remotas pelo/a docente, em seu PAER, haverá a proporção de até 4 (quatro) horas de preparação para 1 23 24 (uma) hora de aula ministrada em componentes curriculares e de até 2 (duas) horas de preparação para 25 cada hora das demais atividades realizadas." Posta à apreciação, a Ata da 151ª Reunião Ordinária, do dia 11 26 de março de 2020, a Senhora Presidente solicitou constar no documento em apreciação, o registro de sua abstenção no momento em que foi colocado em votação o Processo nº 23096.036427/18-98, em que 27 28 Alexandre José de Melo Queiroz encaminha recurso contra decisão do CONSAD/CTRN, ficando então a Ata

para apreciação na próxima reunião. No item Comunicações, a Senhora Presidente procedeu à leitura de documento no qual expõe sua resposta ao Processo nº 23096.012013/2020-67, cujo interessado, Professor John Kennedy Guedes Rodrigues, Diretor do CTRN, reclama de possível irregularidade cometida pela Presidência da Câmara Superior de Gestão Administrativo-Financeira da Universidade Federal de Campina Grande, tendo encaminhado o citado Processo ao Senhor Ouvidor desta Instituição, Professor Edmilson Lúcio de Souza Júnior, que, por sua vez, incluiu solicitação de pronunciamento da Senhora Presidente desta Câmara, Pró-Reitora Vânia Sueli Guimarães Rocha. Para fundamentar sua resposta à reclamação feita, a Senhora Presidente teceu comentários sobre a Súmula № 473 do STF, citada pelo reclamante, invocou a norma constante da nossa Constituição Federal e segundo a qual "a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu", conforme disposto no artigo 5º, inciso XL. Esclareceu a Senhora Presidente que o objeto da reclamação é o recurso encaminhado à Câmara Superior de Gestão Administrativo-Financeira contra o remanejamento de vaga docente ocorrido no âmbito do Conselho Administrativo – CONSAD, do Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Processo №. 23096.036427/18-98. Ainda com a palavra, citou a Lei №. 9.784/99, que regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, os artigos 23 e 24 da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, o art. 64 da Lei №. 9.784/99, segundo o qual "O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência." Alegou a Senhora Presidente que, "No presente caso, a Câmara Superior de Gestão Administrativo-Financeira é, conforme determina o Regimento Geral da Universidade Federal de Campina Grande, em seu artigo 13, inciso X, o órgão competente para decidir recurso impetrado contra decisão dos Conselhos de Centro." Informou, ainda, que "Em sua reclamação, o Diretor do CTRN, Prof. John Kennedy Guedes Rodrigues, acusa a Presidência da Câmara Superior de Gestão Administrativo-Financeira de prevaricação e, consequentemente, de prática de improbidade administrativa no Serviço Público Federal." Quanto a essa acusação, a Senhora Presidente esclareceu que, de acordo com o Decreto Lei №. 2.848, de 07 de Dezembro de 1940, em seu artigo 319, " 'prevaricação' é o ato de retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal." Afirmou, ainda, que "a denúncia do Diretor do CTRN, Prof. John Kennedy Guedes Rodrigues, não indica que interesse ou sentimento pessoal (elemento do tipo penal) seria esse, nem poderia, já que não há como se aferir tais premissas de um órgão colegiado, composto por uma diversidade de membros da comunidade acadêmica." Além disso, a Senhora Presidente registrou que, aquilo "que competia, naquele momento, à Câmara Superior de Gestão Administrativo-Financeira foi efetivamente feito, vez que a deliberação foi ultimada em consideração às razões apresentadas pela relatoria", tendo, porém, "optado pela abstenção, no momento da votação, visto concordar com a matéria, em si, mas discordar do procedimento de fazer norma retroagir para prejudicar qualquer Unidade Acadêmica ou outra instância da Instituição". Concluindo sua comunicação, a Senhora Presidente reafirmou que "a Presidência da Câmara Superior de Gestão Administrativo-Financeira não cometeu prevaricação ou qualquer outro ato de Improbidade Administrativa no Serviço Público Federal, na condução do Processo №. 23096.036427/18-98, mas, sim, cumpriu efetivamente o seu dever institucional." Usando da palavra, a Conselheira Maria de Lourdes Mesquita, relatora desse Processo, informou ter

29

30

3132

33

3435

36

37

38

39

40

41 42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58 59

60 61

62

63

64

65

66

permanecido com ele, enquanto aguardava resposta à consulta feita por ela às Coordenações Administrativas das Unidades Acadêmicas do CTRN. A Conselheira registrou que o Professor John Kennedy Guedes Rodrigues, Diretor do CTRN, chegou a conversar com ela, no 1º mês, sendo informado da consulta feita e do fato de ainda estar aguardando o pronunciamento das Coordenações Administrativas daquele Centro. A Conselheira também enfatizou que, se o Diretor percebeu que o processo era intempestivo, deveria ter tomado providências quanto a isto, mas não o fez. Seguindo com a palavra, a Conselheira declarou não terem, nem ela nem a Professora Vânia, qualquer interesse quanto às vagas do Centro, e, inclusive, não conhece sequer a Coordenadora de Agronomia, que foi a única a responder sua consulta. O Conselheiro Edivandro Barros corrigiu a Conselheira, informando-a não se tratar de Agronomia, mas de Engenharia Agrícola, a Unidade Acadêmica do CTRN. Isto foi de imediato corrigido pela Conselheira, que, continuando com a palavra, afirmou que o Diretor do CTRN, Professor John Kennedy, teve três meses para incluir documento no qual questionasse a intempestividade do processo, mas não o fez. Quanto à afirmação de que a Senhora Presidente desta Câmara prevaricou, declarou a Conselheira que, ao fazer tal acusação, o Diretor do CTRN não observou o disposto no artigo 138 do Código Penal, segundo o qual "Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (anos), e multa." Ainda no uso da palavra, a Conselheira registrou que a ninguém é dado o direito de desconhecer a Lei. Antes de entrar com uma reclamação na Ouvidoria, o Professor Kennedy deveria ter solicitado reconsideração a esta Câmara ou recurso ao Colegiado Pleno. Concluiu registrando estranhar a ação da Ouvidoria. A Senhora Presidente agradeceu pela solidariedade da Conselheira, numa situação constrangedora como essa que se apresentou e solicitou que, caso nenhum dos Conselheiros manifestasse oposição a isto, se fizesse constar na Ata que, durante as discussões da matéria constante no ponto 4.13. Processo nº 23096.036427/18-98, da pauta da 151ª Reunião Ordinária, ninguém questionou a validade de se discutir remanejamentos de vagas docentes, e que, no momento da votação, ela se absteve de votar, por ficar entre concordar com a matéria, mas discordar do procedimento. Afirmou, ainda, crer que o texto produzido seja suficiente para que o Ouvidor desconsidere a acusação. O Conselheiro Edivandro Barros indagou se não seria viável ser incluído na Ata o pronunciamento do Professor Kennedy, uma vez que ele – o Conselheiro – cedeu sua palavra ao Professor naquele momento. A Conselheira Carina Silvani registrou ter solicitado vistas ao citado processo naquela reunião do dia 7 (sete) de agosto. O Conselheiro Clóvis Vieira de Melo intervejo, indagando sobre os encaminhamentos dados pela Ouvidoria e levantou questões referentes às atribuições daquele órgão, estranhando a tramitação do processo de denúncia iniciado pelo Professor Kennedy. Ao verificar a Resolução nº 10/2006, que cria a Ouvidoria na UFCG, o Conselheiro Clóvis constatou, porém, estar, entre as competências desse órgão, receber e apurar denúncias, "por membro da comunidade universitária ou da comunidade em geral, quando devidamente formalizadas" (artigo 9º), o que torna nosso desenho institucional mais abrangente que o disposto na Lei 13.417, de xx de xxxxxx de xxxx, no que foi apoiado pela Conselheira Lourdes Mesquita. Usando da palavra, o Conselheiro Igo Paulino da Silva pronunciou-se e sugeriu que a Câmara emitisse uma moção de repúdio à posição do Diretor do CTRN, que teve um comportamento não republicano. A Senhora Presidente solicitou que se fizesse a votação pelo chat, e declarou sua abstenção, resultando em 21 (vinte e um) votos favoráveis e 02 (duas) abstenções, sendo,

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98 99

100

101

102

103

104

105 pois, aprovada a proposta do Conselheiro Igo Paulino. Com a palavra, o Conselheiro Erik Cristóvão solicitou 106 esclarecimentos sobre um processo do qual é relator, tendo encaminhado para diligência, na Procuradoria 107 Federal, sobre questões referentes estágio probatório. A Procuradoria devolveu-lhe o processo, 108 argumentando não existir dúvida jurídica no exposto pelo Conselheiro. A Senhora Presidente declarou que a 109 Procuradoria somente se pronuncia se realmente houver dúvida jurídica e não de ordem administrativa. 110 Intervindo, o Conselheiro Giliard afirmou haver, sim, uma dúvida jurídica, uma vez que existe uma Lei – a 111 LDB, e uma orientação normativa recente do MEC tratando diferentemente de um mesmo objeto. Na 112 sequência, a Senhora Presidente iniciou a Ordem do Dia, propondo uma inversão na pauta, de modo que 113 fosse apreciado, inicialmente, o ponto 4.36, considerando a urgência da matéria. A proposta foi acatada 114 pelo plenário. 4.36. Processo nº 23096.021768/2020-52 (via SEI), em que Welington Bezerra de Sousa, 115 Diretor da ETSC/CFP, encaminha, para apreciação, minuta de resolução que regulamenta o pagamento de 116 Auxílio Emergencial de Acolhimento aos alunos da ETSC/CFP/UFCG. Relatora: Maria de Lourdes Mesquita. O 117 plenário aprovou por unanimidade de votos, com vinte e três (23) votos favoráveis, o parecer da relatora, 118 favorável ao pleito do solicitante. **4.01. Rediscussão da Resolução № 03/2013,** que Regulamenta a avaliação 119 de desempenho dos servidores pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, para fins 120 de progressão e de promoção funcional e <u>Processo nº 23096.013177/14-32</u>, em que Wellington Bezerra de 121 Sousa encaminha, para apreciação e aprovação, a minuta de resolução que regulamenta a avaliação de 122 desempenho dos servidores pertencentes ao Plano de Carreira e Cargo do Magistério Federal da Educação 123 Básica, Técnica e Tecnológica, para fins de Progressão e Promoção Funcional. (apensado em 28/03/2018: 124 Processo nº 23096.010299/18-21, em que Vimário Simões Silva solicita adequação do Inciso I do Art. 3º da 125 Resolução 03/2013/CSGAF, para efeito da avaliação de Progressão Funcional de Docentes), Processo nº 126 23096.030282/18-21, em que Andréia Oliveira Barros Silva solicita inclusão de itens na reformulação da 127 Resolução de avaliação do desempenho dos servidores (apensado em 06/09/2018), Processo nº 128 23096.001590/19-43, em que Luciana Leandro da Silva, Presidente da ADUFCG, solicita modificações na 129 Minuta de Resolução que regulamenta o processo de Progressão e Promoção na Carreira Docente(apensado 130 em 05/02/2019), **Processo nº 23096.021168/2020-94**, em que Jacyara Farias Souza Marques solicita que 131 sejam apreciados itens na reformulação da Resolução de avaliação do desempenho dos servidores 132 (apensado em 03/08/2020). Comissão: Mariana Moreira Neto (Presidente), Itamar Ferreira da Silva, Carlos Enrigue Peña Alfaro e Edmar Candeia Gurjão. Considerando o período de pandemia e novas diretrizes, fica 133 134 suspensa a apresentação da minuta. **4.02. <u>Processo nº 23096.029719/17-32</u>,** em que o Programa de Pós-135 Graduação em Ciência e Engenharia de Materiais solicita revogação da Resolução № 04/2013 da CSGAF, que 136 dispõe sobre os procedimentos para participação no Programa de Professor Voluntário. Comissão: Vimário 137 Simões Silva (Presidente), Selma Maria de Araújo e Erik Cristóvão Araújo de Melo. Processo em análise. **4.03.** 138 Processo nº 23096.023657/18-10, em que Faustino Teatino Cavalcante Neto, Coordenador Administrativo 139 da Unidade Acadêmica de Educação do Campo, do CDSA, solicita a criação de Orientação Normativa para a 140 participação Docente em Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu. Comissão: Eberth Eleutério dos Santos 141 Aguiar (Presidente), <del>Carlos Wilson Dantas de Almeida</del>, Maria de Lourdes Mesquita. A Comissão será refeita, 142 considerando que apenas a Conselheira Maria de Lourdes Mesquita continua como membro da Câmara.

143 4.04. Processo nº 23096.019635/18-87, em que Laura Hecker de Carvalho solicita esclarecimentos sobre sua 144 situação perante a UFCG. **Relator:** Giliard Cruz Targino. O plenário **aprovou**, por unanimidade de votos, com 145 vinte e três (23) votos favoráveis, o parecer do relator, **contrário** ao pleito da solicitante. **4.05. Processo nº** 146 23096.027335/16-65, em que Agostinho Nunes da Costa Lira, Professor da Unidade Acadêmica de 147 Engenharia de Produção, do CCT, solicita progressão funcional da Classe C Nível 3 (Adjunto) para a Classe C 148 Nível 4 (Adjunto). Relatora: Maria Emília da Silva Menezes. O plenário rejeitou, por maioria de votos, com 149 guatro (04) votos favoráveis, cinco (05) contrários e onze (11) abstenções, o parecer da relatora, contrário 150 ao pleito do solicitante. A Senhora Presidente absteve-se, por considerar as inúmeras dificuldades no 151 entendimento da relação existente entre a Lei que regulamenta a matéria e uma Nota Técnica que detalha a 152 mesma matéria. Em virtude do adiantado da hora, restaram, para a próxima Reunião Ordinária, os seguintes 153 pontos: 4.06. Processo nº 23096.036740/18-76, em que Paulo Anastácio Lira Filho solicita concessão de 154 horário especial para Servidor Estudante. (1. Processo nº 23096.008038/19-98 apensado em 10/07/2019 -2. Processo nº 23096.028130/2019-17, via SEI, encaminhado ao relator em 28/08/2019). Relator: Rodrigo 155 156 Ceballos. 4.07. Processo nº 23096.007428/19-09, em que Faustino Teatino Cavalcante Neto solicita 157 normatização para a concessão de licença para capacitação dos Servidores da UFCG. Comissão: Clóvis 158 Alberto Vieira de Melo (Presidente), Valdir Cesarino de Souza, Sérgio Santos de Azevedo e Erik Cristóvão 159 Araújo de Melo. 4.08. Processo nº 23096.002779/19-21, em que Luciana Ferraz Gominho solicita progressão 160 funcional Classe C Nível 3 (Adjunto) para a Classe C Nível 4 (Adjunto). **Relatora:** Carina Silvani. **4.09. <u>Processo</u>** 161 nº 23096.020219/2019-27 (Via SEI), em que Wennia Gomes Moreira encaminha recurso contra a PRAC que 162 indeferiu a solicitação de passagens aéreas para participação em evento. Relatora: Taciana Lima Araújo-. 163 4.10. Processo nº 23096.023866/2019-91 (Via SEI), em que Eduardo Pordeus Silva solicita gratificação por 164 Encargo de Curso e Concurso. Relator: Sérgio Santos de Azevedo. 4.11. Processo nº 23096.030694/2019-10 165 (Via SEI), em que Carlos Eduardo Gonsalves e Silva recorre da decisão da CGDP, que indefere sua solicitação de Progressão por Capacitação. Relator: Luciano de Brito Júnior. 4.12. Processo nº 23096.020858/15-65 166 167 (Apensos: Processo № 23096.008026/19-87 e Processo № 23096.016872/19-98), em que Aluska Dias 168 Ramos de Macedo Silva solicita revisão de parecer emitido pela Comissão de Avaliação de Desempenho em 169 referência a Estágio Probatório. Processo em diligência na CGDP. Relator: Erik Cristóvão Araújo de Melo. 170 4.13. Processo nº 23096.038443/2019-75 (Via SEI), em que a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários 171 encaminha, para apreciação, minuta de resolução que trata das normas para execução dos Programas de 172 Assistência Estudantil da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. **Comissão:** José Luiz Ferreira, 173 (Presidente), Izayana Pereira Feitosa e Selma Maria de Araújo. 4.14. Processo nº 23096.002218/2019-09 (Via 174 SEI), em que Airton Dantas Monteiro Filho recorre da decisão da CGDP, que indefere sua solicitação de 175 Incentivo à Qualificação. Relator: Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento. 4.15. Processo nº 176 23096.034560/2019-60 (Via SEI), em que Kelvin Wesley de Azevedo, aluno do Curso de Direito, do CCJS, 177 solicita auxílio financeiro para participar do CONPEDI em Belém do Pará. Relator: Renilton Correia da Costa. 178 4.16. Processo nº 23096.034558/2019-91 (Via SEI), em que Kelvin Wesley de Azevedo, aluno do Curso de Direito, do CCJS, solicita pagamento da inscrição para participar do CONPEDI em Belém do Pará. Relator: 179 Renilton Correia da Costa. 4.17. Processo nº 23096.034559/2019-35 (Via SEI), em que Kelvin Wesley de 180

181 Azevedo, aluno do Curso de Direito, do CCJS, passagens aéreas para participar do CONPEDI em Belém do 182 Pará. Relator: Renilton Correia da Costa. 4.18. Processo nº 23096.034369/2019-18 (Via SEI), em que Alexandre Magno da Nóbrega Marinho solicita retribuição pecuniária por atividade esporádica, para análise 183 e emissão de parecer. Relatora: Carina Silvani. 4.19. Processo nº 23096.026931/2019-30 (Via SEI), em 184 185 Aldaniza Gonçalves de Moraes recorre da decisão da CGDP, que indefere sua solicitação de Incentivo à Qualificação. Relatora: Roberlucia Araújo Candeia. 4.20. Processo nº 23096.216009/2018-51 (Via SEI), em 186 187 que Anna Karyne Arruda Guedes recorre da decisão da CGDP, que indefere sua solicitação de Incentivo à 188 Qualificação. **Relator:** Bruno Medeiros Roldão de Araújo. **4.21. Processo nº 23096.026831/2019-11** (Via SEI), Jeferson Lucena de Medeiros recorre da decisão da CGDP, que indefere sua solicitação de Incentivo à 189 190 Qualificação. Relator: Eberth Eleutério dos Santos Aguiar. 4.22. Processo nº 23096.030377/2019-95 (Via SEI), 191 em que Ednaldo Nunes de Souza Segundo recorre da decisão da CGDP, que indefere sua solicitação de 192 Incentivo à Qualificação. Relator: Welington Bezerra de Sousa. 4.23. Processo nº 23096.218898/2018-91 (Via SEI), em que Joelma Goldmann do Nascimento recorre da decisão da CGDP, que indefere sua solicitação de 193 194 Incentivo à Qualificação. Relatora: Izayana Pereira Feitosa. 4.24. Processo nº 23096.218857/2018-03 (Via 195 SEI), em que Kelly Cristina Monteiro dos Santos recorre da decisão da CGDP, que indefere sua solicitação de 196 Incentivo à Qualificação. Relator: José Luiz Ferreira.4.25. Processo nº 23096.008401/2019-18 (Via SEI), em 197 que Lúcia de Fátima Brito Santos recorre da decisão da CGDP, que indefere sua solicitação de Incentivo à Qualificação. **Relatora:** Maria de Lourdes Mesquita. **4.26** <u>Processo nº 23096.016901/19-21</u> (apensos: Nº 198 199 23096.023874/18-32 e № 23096.033376/18-43), em que Maria Fátima David Dantas solicita reconsideração 200 do Processo №23096.023874/18-32. Relatora: Mariana Moreira Neto. 4.27. Homologação do parecer 201 favorável ad referendum, emitido pela Senhora Presidente ao Processo nº 23096.017286/19-654, em que 202 Secretaria de Recursos Humanos solicita supressão do § 2º do artigo 6º da Resolução nº 03/2014, desta 203 Câmara. **4.28. Processo nº 23096.002978/2020-41** (Via SEI), em que Jadson Everton Peixoto de Albuquerque 204 recorre da decisão da CGDP, que indefere sua solicitação de Incentivo à Qualificação. (Processo 205 encaminhado para diligências na CGDP). Relator: Eberth Eleutério dos Santos Aguiar Redistribuir. 4.29. 206 Processo nº 23096.038768/2019-58 (Via SEI), em que Bruno Braga Sarmento de Sá recorre da decisão da 207 CGDP, que indefere sua solicitação de Incentivo à Qualificação. **Relatora:** Carina Silvani. **4.30. Processo nº** 208 23096.035841/2019-30 (Via SEI), em que Francisco Cassiano Alves dos Santos recorre da decisão da CGDP, que indefere sua solicitação de incentivo à qualificação. **Relator:** Renilton Correia da Costa. **4.31**. <u>Processo nº</u> 209 210 23096.037435/2019-10 (Via SEI), em que José Fábio Paulino de Moura recorre da decisão da CLN que 211 indefere sua solicitação do pagamento retroativo do adicional de insalubridade, referente ao período de 01 de janeiro a 31 de outubro de 2019. **Relator:** Welington Bezerra de Sousa. **4.32. Processo nº** 212 213 23096.031823/2019-89 (Via SEI), em que Maressa Raquel Guedes Formiga recorre da decisão da CGDP, que indefere sua solicitação de Incentivo à Qualificação. Relator: Luciano de Brito Júnior. 4.33. Processo nº 214 215 23096.036624/2019-67 (Via SEI), em que Moisés de Oliveira Batista recorre da decisão da CGDP, que 216 indefere sua solicitação de Incentivo à Qualificação. Relatora: Roberlucia Araújo Candeia. 4.34. Processo nº 217 23096.021115/18-54, em que Luiza Eugênia da Mota Rocha Cirne solicita doação de resíduos sólidos e 218 materiais inservíveis da carpintaria da UFCG. Relatora: Rucilana Patrícia Bezerra Cabral. 4.35. Processo nº

23096.006929/19-09, em que o Hospital Municipal Pedro I solicita cessão do mamógrafo analógico do Hospital Universitário Alcides Carneiro, para utilização no Hospital Municipal Pedro I. Relator: Valdir Cesarino de Souza. 4.37. Processo nº 23096.018827/2020-13 (via SEI), em que Leorik Pereira da Silva, Docente do Instituto de Saúde e Biotecnologia – ISB, solicita redistribuição para a Unidade Acadêmica de Ciências Biológicas do Centro de Saúde e Tecnologia Rural – CSTR. Relator: Giliard Cruz Targino. 4.38. Processo nº 23096.025357/2020-36 (via SEI), em que Alarcon Agra do Ó, encaminha para apreciação, à proposta de minuta de resolução que trata da pontuação de avaliação para fins de progressão e promoção funcional, para o/os período(s) do RAE. Comissão: Maria de Lourdes Mesquita (Presidente), Mariana Moreira Neto e Giliard Cruz Targino. **4.39. Processo nº 23096.043312/2019-18** (via SEI), em que João Mendes de Melo recorre da decisão da CGDP, que indefere sua solicitação de Incentivo à Qualificação. Relator: Clóvis Alberto Vieira de Melo. **4.40. Processo nº 23096.008252/2020-12** (via SEI), em que Leonardo Ribeiro recorre da decisão da CGDP, que indefere sua solicitação de Incentivo à Qualificação. Relator: Clóvis Alberto Vieira de Melo. 4.41. Processo nº 23096.014702/2020-14 (via SEI), em que Rosinete Batista dos Santos Ribeiro encaminha recurso ao indeferimento da CCPD à solicitação de alteração da data da última Portaria de Progressão (Adjunto IV). Relator: Eberth Eleutério dos Santos Aguiar Redistribuir. 4.42. Processo nº 23096.002931/2020-88 (via SEI), em que Gerusia Trigueiro Beserra recorre da decisão da CGDP, que indefere sua solicitação de Incentivo à Qualificação. **Relator:** Edivandro Souza Barros. **4.43. Processo nº** 23096.037375/2019-27 (via SEI), em que Bonifacio Benicio de Souza solicita pagamento retroativo do adicional de insalubridade referente ao período de 01-01-2019 a 31-10-2019. Relator: Rodrigo Ceballos. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradeceu a participação de todos, e encerrou a reunião, da qual eu, Maria do Socorro Pereira, Coordenadora da SODS, lavro a presente Ata, para ser assinada pela Senhora Presidente, por mim, e pelos demais Conselheiros, após lida e aprovada. Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores da Universidade Federal de Campina Grande, em Campina Grande, 07 de agosto de 2020.

219

220

221222

223

224225

226

227

228

229

230

231232

233

234

235

236

237

238

239240

241

242